

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Elias Cruz

Toque de Mestre

www.editoraferreira.com.br

No último sábado, 05/04, tivemos nosso Simulado Beneficente aplicado no Curso Padrão, na cidade de Manaus/AM. Estiveram presentes alunos de cursos preparatórios, da faculdade Nilton Lins e outros candidatos convidados. Tivemos o sorteio de livros e de exemplares do *Guia do Concurso* da Editora Ferreira. Nosso simulado foi confeccionado com uma proposta beneficente, em favor da Associação Beneficente do Exército em Manaus – ABEM, entidade mantenedora da Creche Angelina Vieira, que atende a crianças de 2 a 5 anos. Sendo assim, você ainda pode ajudar, entrando em contato pelo e-mail eliascsilva1@yahoo.com.br. Nossa proposta, no simulado, é fazer uma boa revisão, passando por alguns itens essenciais. Então, vamos ao que interessa!

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA SUFRAMA

S I M U L A D O

01. "...Mais de 400 funcionários da Samsung Eletronics deverão voltar para casa mais cedo. Com o estoque de insumos no vermelho, a sul coreana não terá como manter as operações das linhas de produção e deverá decretar licença remunerada ao pessoal". Jornal EM TEMPO, caderno de economia, Manaus, 1º de abril de 2008. (gazetamercantil.com.br). Sobre o tema proposto, uma das fases da importação de mercadorias que não foi concluída. Assinale a seguir esta fase:

- a) Licenciamento de Importação (LI)
- b) Declaração de Importação (DI)
- c) Não foi dado o PIN pela SUFRAMA
- d) Chegada da mercadoria no porto seco
- e) Despacho Aduaneiro

02. O sistema utilizado para o registro, acompanhamento e despacho da importação de mercadoria da China para a Zona Franca de Manaus, é o:

- a) SISCOMEX
- b) SINAL
- c) PEXPAM

- d) WS SINAL
- e) Nenhuma das respostas anteriores

03. A Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, autarquia criada pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem como finalidade promover o desenvolvimento sócio-econômico, de forma sustentável, na sua área de atuação, mediante geração, atração e consolidação de investimentos, apoiado em capacitação tecnológica, visando a inserção internacional competitiva, a partir das seguintes ações, estão de acordo com o tema, exceto:

- a) Estimular e fortalecer os investimentos na formação de capital intelectual e em ciência, tecnologia e inovação pelos setores público e privado
- b) Estimular ações de comércio exterior
- c) Conceder isenções e benefícios fiscais dos impostos na área da SUFRAMA, estimulando investimentos públicos e privados em infra-estrutura
- d) Intensificar o processo de articulação e de parceria com órgãos e entidades públicas e privadas
- e) Identificar oportunidades com vistas a atração de empreendimentos para a região

04. Sobre a administração da SUFRAMA, marque a alternativa errada:

- a) será administrada por um Superintendente e Superintendentes Adjuntos
- b) O Superintendente será nomeado pelo Presidente da República
- c) A nomeação do Procurador-Jurídico deverá ser precedida de anuência do Advogado-Geral da União
- d) A nomeação e exoneração do Auditor-Chefe deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da SUFRAMA e pela Controladoria-Geral da União
- e) Os Superintendentes Adjuntos serão nomeados pelo Superintendente da SUFRAMA, tendo em vista que os cargos são de confiança.

05. Sobre o tema competência dos órgãos da SUFRAMA, marque a alternativa errada:

- a) Compete ao Conselho de Administração da SUFRAMA aprovar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna

- b) Compete à Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais, assessorar o Superintendente quanto à elaboração de estudos nas áreas econômica e de incentivos fiscais
- c) Compete à Auditoria Interna verificar o cumprimento das normas contábeis, financeiras e administrativas no âmbito da SUFRAMA, bem como acompanhar os trabalhos dos órgãos de controle interno e externo
- d) Compete ao Superintendente firmar acordos, contratos e convênios com entidades nacionais e internacionais, observada a legislação vigente, bem como aprovar os projetos de empresas que objetivem usufruir dos benefícios fiscais previstos na legislação em vigor.
- e) Incube aos Superintendentes Adjuntos, planejar, dirigir, coordenar e orientar a avaliação e a execução das atividades de suas respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Superintendente da SUFRAMA

06. Compete ao Superintendente da SUFRAMA, exceto:

- a) Propor o plano anual e o orçamento, e após a sua aprovação dar conhecimento ao Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como dos relatórios parciais e anuais das atividades desenvolvidas
- b) Firmar acordos, contratos e convênios do ICMS, observada a legislação vigente
- c) Propor alterações na estrutura operacional em função dos planos de desenvolvimento regional ou de novos programas do Governo Federal para a Amazônia Ocidental e demais áreas de abrangência, observadas as normas vigentes
- d) Prover cargos e funções, admitir, requisitar e dispensar pessoal, bem como praticar todos os atos de administração de pessoal, observada a legislação vigente
- e) representar a SUFRAMA em juízo ou fora dele

07. A conferência aduaneira na importação tem por finalidade identificar o importador, verificar a mercadoria e a correção das informações relativas a sua natureza, classificação fiscal, quantificação e valor, e confirmar o cumprimento de todas as obrigações, fiscais e outras, exigíveis em razão da importação. Em relação a conferência aduaneira é correto:

- a) A conferência aduaneira não pode ser realizada na zona secundária
- b) A bagagem dos integrantes de Missões Diplomáticas e de Repartições Consulares de caráter permanente nunca poderá ser verificada.
- c) A conferência aduaneira só poderá ser realizada na zona primária

- d) Na verificação da mercadoria submetida a despacho de importação, deverão ser verificadas todas as mercadorias para se evitar a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho
- e) A conferência aduaneira poderá ser realizada na zona primária ou na zona secundária

08. Quanto ao tema importação de mercadorias para o território aduaneiro, marque a opção errada:

- a) O despacho aduaneiro somente pode ocorrer com a verificação na presença do importador.
- b) A conferência aduaneira na importação tem por finalidade identificar o importador, verificar a mercadoria e a correção das informações relativas a sua natureza, classificação fiscal, quantificação e valor, e confirmar o cumprimento de todas as obrigações, fiscais e outras, exigíveis em razão da importação.
- c) O conhecimento de carga original, ou documento de efeito equivalente, constitui prova de posse ou de propriedade da mercadoria
- d) A declaração de importação é o documento base do despacho de importação, devendo conter a identificação do importador e a identificação, a classificação, o valor aduaneiro e a origem da mercadoria.
- e) As importações brasileiras estão dispensadas de licenciamento, como regra geral, devendo os importadores tão-somente providenciar o registro da Declaração de Importação (DI) no Siscomex, com o objetivo de dar início aos procedimentos de Despacho Aduaneiro.

09. Sobre o tema incentivo fiscal, far-se-á com suspensão dos impostos de importação e sobre produtos industrializados a entrada, na Zona Franca de Manaus, de mercadorias procedentes do estrangeiro e destinadas, exceto:

- a) a seu consumo interno
- b) a industrialização de outros produtos, no seu Território
- c) à estocagem para reexportação
- d) à estocagem para comercialização ou emprego em outros pontos do território nacional
- e) à estocagem para qualquer lugar do território aduaneiro no Brasil, observado o PPB.

10. Quanto a Legislação Tributária aplicada na Zona Franca de Manaus, marque a alternativa que está em desacordo com a referida Legislação:

- a) **PRODUZIDAS** - quando se tratar de operação que, exercida sobre a matéria prima ou produto intermediário, importe na obtenção de espécie nova;
- b) **VISTORIA TÉCNICA**: é o ato de conferência da conformidade da mercadoria com a documentação fiscal que a acompanha para fins de atesto do seu ingresso nas áreas incentivadas
- c) **PIN**: é o Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional, manual ou eletrônico, demonstrativo dos dados fiscais transmitidos pelo SINAL, que servirá de Passe Suframa para fins de controle, acompanhamento e verificação do ingresso da mercadoria nacional na área incentivada e de base para a conferência da carga e da documentação fiscal que a acompanha e, só terá efeito legal se devidamente desembaraçado pela Autarquia.
- d) **DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO**: é o documento base do despacho de importação, que deverá conter a identificação do importador e a identificação, a classificação, o valor aduaneiro e a origem da mercadoria.
- e) **INDUSTRIALIZADAS** - quando se tratar de produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, mesmo que constitua apenas embelezamento.

11. Quanto ao tema recursos da SUFRAMA, marque a alternativa que está em desacordo com a o tema:

- a) Constituem recursos da SUFRAMA as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos, que deverão ser empregados somente na atividade fim da SUFRAMA
- b) Constituem recursos da SUFRAMA o produto de juros bancários, de multas, emolumentos e taxas devidas à Autarquia
- c) Não é vinculada à SUFRAMA as receitas dos impostos cobrados nas áreas beneficiadas sob a administração desta Autarquia.
- d) Constituem recursos da SUFRAMA, as receitas oriundas da Taxa de Serviço Administrativo (TSA), cobradas pela utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição somente pela SUFRAMA
- e) Constituem recursos da SUFRAMA a sua renda patrimonial decorrente de aluguel de suas instalações

12. Quanto ao assunto Áreas de livre comércio, marque a alternativa correta:

- a) As áreas de livre comércio da Região Norte do País, sob a administração dos incentivos fiscais pela SUFRAMA são: Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO), Pacaraima e Bonfim (RR), Macapá e Santana (AP).
- b) São áreas de livre comércio só de importação estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento de áreas fronteiriças específicas da Região Sul do País e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana
- c) São áreas de livre comércio de importação e de exportação as que, sob regime fiscal especial, são estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento de áreas fronteiriças específicas da Região Norte do País e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana
- d) As remessas postais com indícios de irregularidade na internação não poderão ser retidas, para verificação, pela autoridade aduaneira, pois a autoridade aduaneira tem que observar o devido processo legal de acordo com a Carta Magna vigente no país.
- e) O despacho de importação só poderá ser efetuado em zona primária, observado o horário de funcionamento da repartição aduaneira.

13. A norma de criação da Zona Franca de Manaus é:

- a) Art 92 e 40 do ADCT que estipularam a Zona Franca de Manaus até 2023.
- b) Lei Nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000
- c) Decreto Nº 4.543, de 26 de dezembro de 1967
- d) Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967
- e) Portaria MDIC Nº 573, de 24 de dezembro de 2003

14. Quanto ao tema Internamento de Mercadoria em área incentivada, marque o item

I- Toda entrada de mercadoria nacional para Zona Franca de Manaus, Áreas de Livre Comércio e Amazônia Ocidental fica sujeita ao controle e fiscalização da Suframa que desenvolverá ações para atestar o ingresso físico da mercadoria e o seu internamento na área incentivada.

II- O processo de internamento de mercadoria nacional é composto por duas fases distintas, a saber, ingresso físico da mercadoria nas áreas incentivadas e a formalização do internamento.

III- No caso específico de mercadoria destinada à Área de Livre Comércio de Cruzeiro do Sul, a vistoria física poderá ser realizada até a data imediatamente anterior à notificação do remetente pelo fisco de origem, mediante lançamento por homologação.

IV- advertência, suspensão temporária e cancelamento do cadastro são penalidades administrativas.

- a) Todas são verdadeiras
- b) Apenas a I é verdadeira
- c) Apenas a III é falsa
- d) Apenas a IV é falsa
- e) Todas são falsas

15. Quanto ao tema Processo Produtivo Básico – PPB, marque a alternativa errada:

- a) PPB é o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto
- b) A isenção do IPI e do II contemplarão somente os bens de informática produzidos de acordo com o PPB definido pelo Poder Executivo, condicionadas à apresentação de projeto ao Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus
- c) a realização da etapa de um PPB poderá ser suspensa temporariamente ou modificada
- d) A alteração de um PPB implica o seu cumprimento por todas as empresas fabricantes do produto.
- e) A proposta de projeto refere-se ao Plano de Pesquisa e Desenvolvimento e deverá ser apresentada pela empresa interessada em se beneficiar dos incentivos fiscais, titular de projetos industriais aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

16. Marque a alternativa que não se encontra de acordo com a industrialização executada na área da Zona Franca de Manaus. Caracteriza industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo, tal como:

- a) Transformação, a que, exercida sobre matérias-primas ou produtos intermediários, importe na obtenção de espécie nova.
- b) Beneficiamento, a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto.

- c) Montagem, a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal.
- d) Renovação, a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria
- e) Reacondicionamento, a que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização

17. Quanto ao tema industrialização na Zona Franca de Manaus, constitui industrialização:

- a) o preparo de produtos alimentares, não acondicionados em embalagem de apresentação em cozinhas industriais, quando destinados a venda direta a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes
- b) a manipulação em farmácia, para venda direta a consumidor, de medicamentos officinais e magistrais, mediante receita médica
- c) a operação efetuada fora do estabelecimento industrial, consistente na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte edificação (casas, edifícios, pontes, hangares, galpões e semelhantes, e suas coberturas)
- d) o reparo de produtos com defeito de fabricação, inclusive mediante substituição de partes e peças, ainda que por concessionários ou representantes.
- e) a montagem de óculos, mediante receita médica

18. Quanto ao tema Legislação Tributária aplicada na ZFM, sobre o IPI, marque a alternativa correta:

- a) São imunes da incidência os livros, jornais e o papel destinado à sua impressão e o papel fotográfico utilizado para a impressão das fotos destinadas aos periódicos.
- b) Terão as alíquotas reduzidas os produtos industrializados destinados ao exterior
- c) Constitui não tributado a energia elétrica, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País
- d) São imunes da incidência o ouro utilizado na confecção de alianças que forem industrializadas na Zona Franca de Manaus e destinadas ao consumo interno na região administrada pela SUFRAMA (ZFM, ALC e Amazônia Ocidental).

e) Sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada ao pagamento do imposto ou penalidade pecuniária, e diz-se contribuinte ou responsável.

19. São obrigados ao pagamento do imposto como responsáveis, exceto:

- a) o transportador, em relação aos produtos tributados que transportar, desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência
- b) o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora, pelo pagamento do imposto e acréscimos legais
- c) o estabelecimento adquirente de produtos usados cuja origem não possa ser provada, pela falta de marcação, se exigível, de documento fiscal próprio
- d) o possuidor ou detentor, em relação aos produtos tributados que possuir ou manter para fins de venda ou industrialização
- e) os que desatenderem as normas e requisitos a que estiver condicionada a imunidade, a isenção ou a suspensão do imposto

20. Sobre a Taxa de Serviço Administrativo, instituída pela Lei 9960, de 2000, marque a alternativa correspondente:

I- Caracteriza-se pela exceção a regra das taxas, pois possui sua receita vinculada à SUFRAMA.

II- Não é um tributo

III- Tem por fato gerador a utilização efetiva ou potencial de um serviço público geral e indivisível prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição pela SUFRAMA.

IV- É um imposto, por isso foi instituída por lei, sendo exigida, independente de vontade do contribuinte, devido ao princípio da legalidade.

V- É um tributo vinculado a uma contraprestação inespecífica e indivisível, tendo em vista a quantidade de mercadorias transportadas.

- a) Todas são verdadeiras
- b) Apenas a I é verdadeira
- c) Apenas a III é falsa
- d) Apenas a IV é falsa
- e) Todas são falsas

21. Constituem áreas de livre comércio de importação e de exportação as que, sob regime fiscal especial, são estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento de áreas fronteiriças específicas da Região Norte do País e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana. Não constitui uma área de livre comércio

- a) Tabatinga
- b) Bonfim e Pacaraima
- c) Cruzeiro do Sul
- d) Epitaciolândia
- e) Macarará

22. Compõem a Amazônia Ocidental, exceto:

- a) Roraima
- b) Amazonas
- c) Pará
- d) Acre
- e) Rondônia

23. São atribuições da SUFRAMA, exceto:

- a) Elaborar o Plano Plurianual de Investimentos da Zona Franca de Manaus e coordenar ou promover a sua execução, diretamente ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas
- b) Prestar assistência técnica a entidades públicas ou privadas, na elaboração ou execução de programas de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;
- c) Promover e divulgar pesquisas, estudos e análises, visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades econômicas da Zona Franca
- d) Promover a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;
- e) Praticar todos os demais atos necessários às suas funções de Órgão de planejamento, promoção, coordenação e administração de Manaus.

24. A vinculação das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista aos Ministérios e a outros órgãos da administração pública federal fica estabelecida na forma do Anexo do Decreto N° 6.129, de 20 de junho de 2007. Sobre o assunto, a SUFRAMA é vinculada ao:

- a) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- c) Ministério do Desenvolvimento Agrário
- d) Ministério do Meio Ambiente
- e) Ministério de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, Áreas de Livre Comércio e Amazônia Ocidental

25. Assinale a afirmativa falsa.

- a) É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição, prorrogado por mais dez anos, de acordo com o Art 92, do ADCT/CF 88.
- b) A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.
- c) Estão imunes do imposto sobre produtos industrializados todas as mercadorias industrializadas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer ponto do território nacional.
- d) Será considerado contrabando a saída de mercadorias da Zona Franca sem a autorização legal expedida pelas autoridades competentes.
- e) Constituem recursos da SUFRAMA: as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos; o produto de juros bancários, de multas, emolumentos e taxas devidas à Autarquia; os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; as rendas provenientes de serviços prestados e a sua renda patrimonial.

26. Não compõe o Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, autarquia federal instituída pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967:

- a) Representante do Governo do Acre
- b) Prefeito de Manaus/AM

- c) Presidente do Banco da Amazônia S/A
- d) Um representante da classe importadora
- e) Superintendente da SUFRAMA

27. Em relação a Portaria SUFRAMA n.º 529/2006, Art.2º: O ingresso físico da mercadoria nas áreas incentivadas possui fases distintas que serão executadas mediante os seguintes procedimentos:

- 1 - emissão da comprovação do ingresso da mercadoria
- 2 – geração do Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional - PIN
- 3 – cruzamento de informações e verificação de dados com órgãos fiscais, no caso em que se aplicar
- 4 - apresentação de três (3) vias do PIN, 1ª e 5ª vias da nota fiscal e duas (2) vias do conhecimento de transporte para fins de recepção, conferência documental prévia e vistoria física da mercadoria ingressada
- 5 - transmissão prévia dos dados dos documentos fiscais, via Sistema de Controle de Mercadoria Nacional – SINAL da Suframa
- 6 - análise e conferência documental complementar para verificação e validação dos dados transmitidos pela internet, via SINAL, com a documentação física mencionada no inciso III
- 7 – autenticação ou chancela do PIN pela Suframa

Assinale a ordem proposta de acordo com o tema proposto:

- a) 2,3,1,5,7,4,6
- b) 5,7,6,3,4,1,2
- c) 1,3,5,4,2,6,7
- d) 5,2,4,7,6,3,1
- e) 2,5,3,4,1,7,6

28. As fases de importação de mercadoria, em regra geral, são:

- 1- Necessidade de importar e escolha do exportador
- 2- Chegada da Mercadoria ao Brasil
- 3- Emissão da fatura pró-forma ou equivalente pelo exportador estrangeiro

- 4- Licença de Importação diferida pelo órgão anuente, se for o caso
- 5- Solicitação do Licenciamento de Importação (LI)
- 6- Preenchimento da Declaração de Importação (DI) e pagamento dos tributos.
- 7- Despacho Aduaneiro

Assinale a ordem proposta de acordo com o tema proposto:

- a) 1,2,3,5,7,4,6
- b) 5,7,6,3,4,1,2
- c) 1,3,5,4,2,6,7
- d) 5,2,4,7,6,3,1
- e) 2,5,3,4,1,7,6

29. Quanto ao tema importação de mercadorias, marque a alternativa errada:

- a) Zona Primária são os portos, aeroportos e áreas de fronteira, por onde podem de alguma forma chegar mercadoria estrangeira no País.
- b) Como regra geral, as importações brasileiras estão dispensadas de licenciamento, devendo os importadores tão-somente providenciar o registro da Declaração de Importação (DI) no Siscomex, com o objetivo de dar início aos procedimentos de Despacho Aduaneiro junto à unidade local da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- c) De acordo com a Portaria SECEX nº 35, de 24 de novembro de 2006, o tema Licenciamento de Importações (LI) compreende as seguintes modalidades: Importações Dispensadas de Licenciamento; Importações Sujeitas a Licenciamento Automático; e Importações Sujeitas a Licenciamento Não Automático.
- d) A declaração de importação será instruída com: a via original do conhecimento de carga ou documento de efeito equivalente; a via original da fatura comercial, assinada pelo exportador; o comprovante de pagamento dos tributos, se exigível; e outros documentos exigidos em decorrência de acordos internacionais ou por força de lei, de regulamento ou de ato normativo.
- e) A conferência aduaneira na importação tem por finalidade identificar o importador, verificar a mercadoria e a correção das informações relativas a sua natureza, classificação fiscal, quantificação e valor, e confirmar o cumprimento de todas as obrigações, fiscais e outras, exigíveis em razão da importação.

30. Quanto ao tema importação de mercadorias, marque a alternativa correta:

- a) Para fiscalização e permissão da entrada de produtos específicos em território aduaneiro brasileiro, operam no Brasil diversos órgãos de controle, cuja função precípua é analisar e autorizar a importação do bem por meio da emissão de Licença de Importação no Siscomex, quando o produto examinado cumpra todos os requisitos necessários. Estes órgãos são chamados de órgão anuentes, dos quais um dele é a SUFRAMA, que atua na concessão de incentivos fiscais para empresas que estejam alocadas em áreas incentivadas sob seu controle.
- b) De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, os órgão anuentes com maior expressão no comércio internacional de mercadorias para o Brasil são: Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX); Secretaria de Comércio Exterior (SECEX); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).
- c) O conhecimento de carga original, ou documento de efeito equivalente, constitui prova de posse ou de propriedade da mercadoria. A cada conhecimento de carga deverá corresponder uma única declaração de importação, salvo exceções estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Os canais de conferência são quatro: verde, amarelo, vermelho e cinza. Uma importação que caia no canal verde é desembaraçada rapidamente, porque não há necessidade sequer de conferir documentos. Canal amarelo significa conferência de documentos. Canal vermelho determina, além da conferência de documentos, a conferência física da mercadoria. O cinza inclui também um estudo de valor da compra, para impedir eventuais sub ou superfaturamento da importação. Todavia, havendo motivos que o justifiquem, pode-se determinar a conferência da mercadoria, mesmo quando o despacho for selecionado para os canais verde ou amarelo.
- e) Todas as alternativas estão corretas

31. Quanto ao tema Incentivos Fiscais, concedidos na Zona Franca de Manaus, Área de Livre Comércio e Amazônia Ocidental, marque a alternativa correta:

- a) Os prefeitos das áreas beneficiadas, que integrem o Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), poderão instituir isenções do ICMS em suas regiões, desde que o façam por lei específica.
- b) Boa Vista/RR, Cruzeiro do Sul/AC, Itacoatiara/AM, Ji-Paraná/RO, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, são Áreas de Livre Comércio
- c) A SUFRAMA, Autarquia, tem entre suas finalidades a administrar a concessão de incentivos fiscais e sendo o caso devido a função extra-fiscal dos tributos, sendo necessário para se estimular a produção e comercialização de produtos industrializados nas áreas beneficiadas, pode por ato da Superintendência da SUFRAMA aumentar as alíquotas do Imposto de Importação, visando a diminuição de tais importações.

d) As Coordenações Regionais (CORE) atendem aos usuários dos serviços da Autarquia em suas jurisdições, auxiliam no cumprimento da Missão Estratégica da Suframa dentro da sua área geográfica de atuação e articulam-se com os Governos Estaduais e Municipais de seus Estados para a execução conjunta de projetos de desenvolvimento, infra-estrutura e atração de investimentos.

e) Todas estão erradas

32. Quanto ao Imposto de Importação marque a assertiva errada:

a) Tem por fato gerador, entre outros, a entrada dos produtos no território nacional.

b) Tem por base de cálculo quando a alíquota seja ad valorem, a unidade de medida adotada pela lei tributária

c) Tem como sujeito passivo o contribuinte e o responsável, sendo que a responsabilidade pelo extravio ou pela avaria da mercadoria será de quem lhe deu causa, cabendo ao responsável, assim reconhecido pela autoridade aduaneira, indenizar a Fazenda Nacional do valor do imposto de importação que, em consequência, deixou de ser recolhido.

d) Tem como responsável solidário o adquirente ou cessionário de mercadoria beneficiada com isenção ou redução de imposto

e) O incide sobre mercadoria estrangeira, inclusive, sobre bagagem de viajante e sobre bens enviados como presente ou amostra, ou a título gratuito, salvo disposição expressa em legislação tributária.

33. Quanto ao imposto de Exportação, marque a alternativa errada:

a) O fato gerador é a saída de produtos nacionais ou nacionalizados do território nacional para Estado alienígena

b) É contribuinte o exportador ou quem a lei a ele equiparar, ou seja qualquer pessoa que promova a saída de mercadoria do território aduaneiro

c) De acordo com a isenção expressa na Constituição Federal, não incidirá sobre o ouro, como ativo financeiros ou instrumento cambial

d) De acordo com a Magna Carta, poderá ter sua alíquota alterada por ato do poder executivo.

e) Assim como o II, IPI, IOF e Imp Extraordinário de Guerra, constitui uma exceção ao princípio da Anterioridade.

34. Quanto ao Imposto Sobre Produtos Industrializados, marque a alternativa errada:

- a) Produto industrializado é o resultante de qualquer operação definida no Regulamento do IPI como industrialização, mesmo incompleta, parcial ou intermediária.
- b) São irrelevantes, para caracterizar a operação como industrialização, o processo utilizado para obtenção do produto e a localização e condições das instalações ou equipamentos empregados.
- c) Equiparam-se a estabelecimento industrial os estabelecimentos importadores de produtos de procedência estrangeira, que derem saída a esses produtos
- d) Tem como fato gerador o desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira ou a saída de produto do estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial.
- e) O IPI poderá ser seletivo, em função da essencialidade do produto e será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

35. Não constitui fato gerador do Imposto Sobre Produtos Industrializados:

- a) na entrega ao comprador, quanto aos produtos vendidos por intermédio de ambulantes
- b) No desembaraço aduaneiro de produto nacional que retorne ao Brasil, quando enviado em consignação para o exterior e não vendido nos prazos autorizados
- c) na saída do estabelecimento industrial diretamente para estabelecimento da mesma firma ou de terceiro, por ordem do encomendante, quanto aos produtos mandados industrializar por encomenda
- d) na saída da repartição que promoveu o desembaraço aduaneiro, quanto aos produtos que, por ordem do importador, forem remetidos diretamente a terceiros;
- e) na saída de armazém-geral ou outro depositário do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial depositante, quanto aos produtos entregues diretamente a outro estabelecimento

36. O Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental - PEXPAM é um mecanismo de incentivos que permite a importação de matérias-primas, insumos e componentes para industrialização de bens destinados exclusivamente à exportação e contempla os seguintes incentivos, estão de acordo com o tema, exceto:

- a) Isenção do I.I, I.P.I. e I.E.
- b) Isenção do pagamento de taxas, preços públicos e emolumentos devidos a quaisquer órgãos da Administração Pública
- c) Inexigibilidade ao cumprimento de Processo Produtivo Básico – PPB
- d) Autorização de importações por quotas, com a anuência da SUFRAMA e do DECEX
- e) Isenção do I.C.M.S.

37. De acordo com Art. 3º, § 1º do Decreto-Lei nº 288/67, está contido nos itens constantes dos benefícios fiscais:

- a) automóveis para passageiros
- b) fumo e seus derivados;
- c) bebidas alcoólicas destinadas a ZFM
- d) Perfumaria para consumo interno na ZFM
- e) armas de fogo e munições para defesa pessoal

38. Quanto ao tema Projeto Produtivo Básico (PPB), marque a alternativa errada:

- a) Sobre os aspectos analisados, só serão analisados os itens técnicos, sendo analisado os aspectos econômicos após a análise para a solicitação dos recursos ao órgão competente.
- b) Os projetos técnicos-econômicos devem ser encaminhados à Superintendência Adjunta de Projetos através de Requerimento, em duas vias, entrada no Protocolo Geral da Suframa.
- c) Os projetos quanto ao tipo, no caso de projetos plenos, podem ser de implantação, atualização, diversificação e de ampliação.
- d) Compete ao CAS aprovar projetos de empresas que visem o gozo dos incentivos da ZFM, estabelecendo, ainda, normas, exigências, limitações e condições para aprovação dos referidos projetos. Promover o acompanhamento e avaliação da implantação dos planos, programas
- e) Compete a superintendencia da Suframa aprovar Projetos simplificados e plenos de implantação, atualização, diversificação ou ampliação cuja necessidade

de importação não ultrapasse o limite máximo de US\$ 200.000,00 anuais para insumos e bens de capital. (Insumos)

39. Quanto ao PPB, assinale a alternativa errada:

- a) o PPB poderá ser alterado mediante portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia, permitida a concessão de prazo às empresas para o cumprimento do PPB alterado
- b) a realização da etapa de um PPB poderá ser suspensa temporariamente ou modificada.
- c) A alteração de um PPB implica o seu cumprimento por todas as empresas fabricantes do produto.
- d) Consideram-se atividades de pesquisa e desenvolvimento o uso de programas de computador, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, seus acessórios, sobressalentes e ferramentas, assim como serviços de instalação dessas máquinas e equipamentos
- e) A isenção do IPI e a redução do II contemplarão somente os bens de informática produzidos de acordo com o PPB definido pelo Poder Executivo, condicionadas à apresentação de projeto ao Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

40. Quanto ao tema PPB, marque a alternativa correta:

I- Consideram-se como centro ou instituto de pesquisa ou entidade brasileira de ensino, oficial ou reconhecida os centros ou institutos de pesquisa mantidos por órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, que exerçam atividades de pesquisa e desenvolvimento

II- As empresas que venham a usufruir dos benefícios, deverão implantar somente um Sistema de Qualidade.

III- As notas-fiscais relativas à comercialização dos produtos contemplados com isenção do IPI e redução do II deverão fazer expressa referência a norma que regulamenta os benefícios e à resolução aprobatória do projeto.

IV- Os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia, e a SUFRAMA poderão promover, a qualquer tempo, auditoria operacional e contábil para a apuração do cumprimento do disposto nas normas correspondentes.

- a) Todas são verdadeiras
- b) Apenas a I é verdadeira

- c) Apenas a III é falsa
- d) Apenas a IV é falsa
- e) Todas são falsas

G A B A R I T O

1)	E	2)	A	3)	C	4)	E	5)	D
6)	B	7)	E	8)	A	9)	E	10)	B
11)	A	12)	C	13)	D	14)	C	15)	B
16)	D	17)	D	18)	A	19)	B	20)	B
21)	E	22)	C	23)	E	24)	A	25)	C
26)	D	27)	D	28)	C	29)	A	30)	E
31)	D	32)	B	33)	C	34)	E	35)	B
36)	D	37)	D	38)	A	39)	D	40)	A

E-MAIL: eliascsilva1@yahoo.com.br

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- Legislações propostas no edital da SUFRAMA, parte comum ao nível médio e superior
- Site da SUFRAMA, SECEX e SRFB